

LDO 2027: Comissão de Finanças suspende reunião por uma semana

Análise do texto foi adiada após deputados da oposição apresentarem relatório alternativo

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) suspendeu a reunião pelo prazo de 1(uma) semana durante a análise do Projeto de Lei 407/2026, que estabelece as diretrizes para a elaboração do Orçamento paulista de 2027(LDO).

A decisão foi tomada após a apresentação de relatório em separado pelos deputados Enio Tatto e Luiz Carlos Marcolino, ambos do PT, permitindo que os parlamentares tenham mais tempo para examinar o documento, de 468 páginas, antes da continuidade da discussão.

O relatório principal, do deputado Fábio Faria de Sá (Podemos), agora está com 420 emendas (29% das quase 1500 emendas apresentadas pelos demais deputados) aceitas e incluídas ao texto do projeto. Outras, com temáticas parecidas, foram agrupadas como subemendas.

Diante do volume do material e da necessidade de avaliação detalhada por parte dos parlamentares, os integrantes da comissão defenderam a concessão de prazo adicional para análise, tanto do parecer do relator, quanto do texto apresentado pela oposição.

A reunião foi conduzida pelo Presidente da Comissão, deputado Gilmaci Santos (Republicanos) e contou com presença do Relator, deputado Fábio Faria



Comissão de Finanças discute LDO 2027

de Sá (Podemos) e dos deputados Enio Tatto(PT), Luiz Carlos Marcolino(PT), Marcelo Aguiar (PL), Paulo Mansur (PL), Carlão Pignatari (PSDB) e Ana Carolina Serra(PSDB).

Com a suspensão dos trabalhos, a análise do projeto fica adiada para a próxima terça-feira (23). Somente após essa etapa a comissão deverá deliberar sobre o relatório, dando continuidade à

tramitação da LDO até a votação em Plenário. A expectativa é que o texto seja votado em Plenário na última semana de junho.

Sobre a LDO

A proposta encaminhada pelo Governo do Estado prevê receitas de R\$ 368,4 bilhões para o próximo exercício e servirá de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. O texto

também reserva aproximadamente R\$ 1,29 bilhão para emendas parlamentares impositivas, recursos que poderão ser destinados pelos deputados estaduais a obras, investimentos e ações em municípios e regiões de atuação.

A votação da proposta é considerada estratégica para o calendário legislativo, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as bases para a elaboração do orçamento es-

tadual do ano seguinte e antecede a discussão da Lei Orçamentária Anual, que detalhará a aplicação dos recursos públicos em 2027.

Problemas

Durante a reunião, deputados da base e da oposição também abordaram problemas relacionados à execução e ao cumprimento das emendas parlamentares no Estado. Eles relataram dificuldades no diálogo com o chefe da Casa Civil do Governo e na liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares já aprovadas.

Enio Tatto(PT) citou o exemplo de uma emenda de 2024 para a construção de escola municipal em São Lourenço da Serra, de emendas destinadas à Santa Casa de Santa Bárbara d'Oeste e de investimentos em DDM (Delegacias de Defesa da Mulher). Já Luiz Carlos Marcolino(PT) criticou a falta de emendas para a climatização das escolas estaduais, em Piracicaba e em Bebedouro. "Várias emendas de deputados relacionadas à climatização de escolas não estão sendo cumpridas".

O deputado da base governista, Marcelo Aguiar(PL) criticou a demora do Governo na liberação das emendas, principalmente para as delegacias de polícia e da Saúde. "Não estamos mendigando emendas. Quem precisa das emendas são os municípios" - disse. "Não é uma questão de PT, do Podemos, de PL. Precisamos que as emendas sejam pagas" - completou.

Suspensão da Etapa 4 do pré-sal na Bacia de Santos

André Motta de Souza/Agência Petrobras

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram uma ação civil pública para pedir a anulação da licença prévia concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Petrobras para a produção e o escoamento de petróleo e gás natural no polo pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 4.

A ação questiona a validade da autorização ambiental e sustenta que a licença foi emitida sem o cumprimento de exigências estabelecidas pelo próprio órgão licenciador para comprovar a viabilidade ambiental e climática do empreendimento.

Segundo os Ministérios Públicos, uma das condicionantes não atendidas é a demonstração de que as emissões de gases de efeito estufa associadas ao projeto são compatíveis com as metas assumidas pelo Brasil no âmbito

do Acordo de Paris. Também são citados compromissos da própria Petrobras relacionados à neutralização de emissões até 2050.

A petição aponta ainda a necessidade de comprovação de medidas adequadas de monitoramento, mitigação e compensação das emissões geradas pela atividade, além de iniciativas voltadas à adaptação climática nas áreas que podem ser impactadas pelo empreendimento. A área de influência do projeto abrange todo o litoral paulista.

No mérito da ação, MPSP e MPF argumentam que a avaliação dos impactos ambientais deve considerar a totalidade das emissões decorrentes da exploração de petróleo e gás, incluindo as chamadas emissões indiretas ou de escopo 3, que ocorrem após a extração e representam mais de 90% das emissões totais associadas ao empreendimento.

A ação também menciona

eventos climáticos extremos registrados nos últimos anos no Brasil e fundamenta seus pedidos nos princípios da prevenção e do poluidor-pagador, além do conceito de Justiça Climática. Segundo a argumentação, populações mais vulneráveis tendem a sofrer de forma mais intensa os efeitos das mudanças climáticas.

Como medida de urgência, o MPSP e o MPF pedem à Justiça a suspensão imediata dos efeitos da licença prévia concedida pelo Ibama. Também requerem que novas licenças relacionadas ao empreendimento não sejam emitidas até que todas as condicionantes técnicas apontadas nos pareceres do órgão ambiental sejam integralmente cumpridas.

Outro lado

O Correio da Manhã entrou em contato com a Petrobras e aguarda posicionamento.



Plataforma de Petróleo da Petrobras no litoral brasileiro